

Governo afirma que margem para outro índice de reajuste é mínima

Milhares de trabalhadores do Executivo Federal, principalmente servidores técnico-administrativos em Educação, ocuparam a Esplanada dos Ministérios nessa terça-feira (7) para exigir que o governo apresente uma proposta que contemple os anseios da categoria. A pressão, entretanto, parece não ter mudado a postura do governo federal. Após um atraso de três horas e meia, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento (MPOG), Sérgio Mendonça, recebeu os representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) e afirmou que o governo está aberto a debater outras pautas urgentes para os servidores, mas que o índice de reajuste proposto (21,3% em quatro anos), rejeitada por unanimidade pelo conjunto do funcionalismo, tem margem mínima para ser discutido.

Entre as pautas possíveis para discussão com o governo estão a política de ajuste nos principais benefícios do Executivo (auxílio-alimentação, plano de saúde, creche), que estão bastante defasados em relação aos outros Poderes, e o debate sobre a Convenção 151 da OIT, que regulamenta a negociação coletiva no setor público. Mendonça ainda afirmou que o governo não tem uma posição fechada em relação à proposta de divisão do reajuste em quatro anos e pode debater a redução desse prazo. Apesar da sinalização positiva com relação ao debate de pautas importantes para a categoria, nenhuma proposta concreta foi apresentada.

Segundo a SRT, um dos motivos para não apresentar propostas concretas é que todo debate em torno do processo de negociação com os servidores federais está passando diretamente pela presidente Dilma Rousseff. A secretaria pré-agendou nova

reunião com o conjunto dos federais até o dia 21 de julho. Apesar da insistência dos representantes da categoria para que o encontro acontecesse na próxima semana, a SRT alegou que a presidente Dilma viajou na terça-feira (7) para a Rússia, onde participa de encontro com a cúpula do BRICS.

Conjunto do Executivo aponta greve para dia 22

Quase 200 representantes da base da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef de 21 estados (AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP) e o Distrito Federal participaram de plenária nacional nesse sábado (4), em Brasília. Por unanimidade, os servidores rejeitaram a proposta apresentada pelo governo (21,3% em 4 anos) e apontaram indicativo de greve para o próximo dia 22. Uma nova plenária nacional está confirmada para o dia 18 de julho, quando a categoria deve referendar o indicativo de greve a partir do cenário do processo de negociações.